

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 14h, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Erli Camargo (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); Jairton Fabeni (Federação Catarinense de Entidade de e para cegos – FECEC); Vanilda Antunes Correa (Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF); João Joffily Coutinho (Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina – ADEPESC); Anne Teive Auras (Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina – ADEPESC); Nadir Cardoso (Central Única dos Trabalhadores – CUT) e **representantes governamentais**: Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS), Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Arlete Adriano (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Juliana Coelho de Campos (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Rosemari Koch Martins (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED); Elias Romão (Instituto do Meio Ambiente – IMA); Gustavo Kremer (Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP); Roberto Mosânio (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF) e **como convidadas**: Caroline Tavares Meireles (Conselho Regional de Psicologia – CRP) e a senhora Yara Hornke como membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos. E, Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). A **plenária é aberta (1)** pela presidenta Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) que cumprimentou a todos/as e na sequência fez um breve comentário acerca da situação crítica em razão da pandemia. Cynthia (CDH – Joinville) manifestou toda a solidariedade as famílias, não somente catarinenses, como de todo o país, por todo o sofrimento, privação e dor neste momento de pandemia. A presidenta comentou que a situação vivenciada se deve a falta de políticas públicas adequadas e apontou parcela de culpa à população, citando como exemplos: praias lotadas, comemorações de final de ano, eventos e festas que não cabem dentro da realidade a qual estamos passando. A palavra foi passada para a Secretária do Conselho para que esta fizesse **leitura da pauta (2)**, e; ao mesmo tempo informando que, sofreria algumas adequações. As considerações feitas pela presidente foram as seguintes: **Nota Pública acerca do Impeachment (5)** propõe que fosse alterada por uma Nota Pública atualizada que fizesse referência ao final desta gestão do Conselho e **acrescidos dois pontos** anteriores ao ponto (7) aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária. O primeiro deles seria quanto a **Informe sobre modificações no PNDH-3 (6.1)** promovidas pela Secretaria de Direitos Humanos, neste momento a presidenta relatou que o CEDH assinou uma nota de repúdio junto com o Conselho Nacional. E o segundo ponto de discussão proposto pela presidenta seria quanto o **sistema prisional (6.2)** devido a manifestações de familiares de pessoas presas. Dentro deste último Cynthia (CDH – Joinville) sugeriu ser feito informe da conselheira Anne Teive (ADEPESC) em relação a reunião com a Coordenação do Movimento de Direitos Humanos em Santa Catarina. E, dentro do sistema prisional: a questão da regulamentação do pecúlio e a vacinação da população carcerária. A presidenta neste momento abriu para possíveis inclusões. Não houve manifestações. Na sequência foi solicitado a Secretária do Conselho para que fosse feito comunicado das **justificativas de ausências (3)**. A Secretária informou que não foram apresentadas até aquele momento justificativas. Dando prosseguimento, a presidenta solicitou a conselheira Erli Camargo (FINER) que fizesse informe em relação ao item **(4) da pauta - Relatórios das participações nas lives com as**

55 **Mesorregiões.** Erli (FINER) relatou que foi solicitado por meio de Ofício material –
56 texto do que foi falado nas *lives* até o final deste mês. A conselheira complementou
57 dizendo que após o recebimento deste material, a Comissão de Informação deverá
58 se dedicar, revendo cada ponto das gravações para ser feito um compilado o qual
59 contemplará esses documentos. A conselheira passou a palavra para a Secretária
60 do Conselho que relatou ter recebido material apenas do senhor Sérgio, de Jaraguá
61 do Sul e da conselheira Anne Teives (ADEPESC). **Encaminhamento: A**
62 **Secretária do Conselho irá enviar e-mail reforçando pedido do material.** A
63 presidenta sugeriu que aqueles que não encaminharem material que fossem
64 analisados os vídeos gravados e disponibilizados no canal do YouTube da SDS,
65 com exceção o vídeo da Mesorregião de Criciúma, ainda indisponível, em virtude
66 da abertura de inquérito policial. Nesse momento a presidenta aproveitou o ensejo
67 para comentar que no início deste ano a escritã responsável pelo caso ficou de
68 agendar dia e horário, mas até o momento não conseguiram. Porém a presidente
69 garantiu que irá retomar a situação para deixar pelo menos encaminhada até o final
70 desta gestão. A conselheira Erli (FINER) fez um breve comentário acerca da
71 importância das *lives*, seus objetivos e contribuições para a construção do Primeiro
72 Plano Decenal Estadual do estado de Santa Catarina. A presidenta também fez seu
73 relato sobre os avanços alcançados pelo Conselho a medida em que foram
74 construídos novos contatos, com novas lideranças e; complementou dizendo que o
75 Conselho não pode ser visto apenas como um espaço de representação ou de
76 denúncia. A palavra é passada ao conselheiro João Coutinho (ADEPESC) que
77 iniciou sua fala parabenizando todos os envolvidos na organização das *lives* e
78 sugeriu introduzir no calendário do CEDH a continuação deste trabalho no intuito
79 de fortalecer o Conselho, em especial a sociedade civil. Com a palavra a
80 conselheira Ledronete (SES) cumprimentou a todos/as e parabenizou os
81 organizadores das *lives*. A conselheira comentou que a Arlete (SES) é quem estava
82 mais atuante nesta Ação, e relatou a dificuldade apresentada na elaboração de
83 documento referente a live de Criciúma em virtude da não disponibilidade da
84 gravação (citada anteriormente). Ledronete (SES) mencionou a ajuda da Secretária
85 do Conselho com a disponibilidade de algumas anotações e questionou como
86 ficaria essa situação em particular. Cynthia (CDH – Joinville) perguntou a Secretária
87 do Conselho se teria mais algum relato a não ser dos participantes. A Secretária se
88 manifestou dizendo ter feito algumas anotações e; reforçou a sugestão da Erli
89 (FINER) em estar solicitando aos articuladores texto com as falas dos participantes.
90 Cynthia (CDH – Joinville) sugeriu juntar os relatos e concomitantemente fazer
91 contato com os participantes. A presidenta informou que em relação ao Plano
92 Decenal Estadual de Direitos Humanos será discutida sua importância no relatório
93 de atividades como recomendação para que a próxima gestão não perca esse
94 objetivo de foco. Na sequência foi introduzido o **ponto (5)** acerca da **Nota Pública**
95 **do Impeachment.** A presidenta comentou que não conseguiu redigir a Nota Pública
96 acerca do *Impeachment* e o assunto terminou caducando. Cynthia (CDH – Joinville)
97 sugeriu aproveitar o momento de encerramento de gestão, para apresentar
98 Relatório de Atividades, analisando a atual conjuntura, fazendo uma breve
99 retrospectiva, incluindo algumas recomendações, como por exemplo, a realização
100 do Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina assim como
101 análise do contexto, para que possa servir na introdução do relatório de atividades,
102 deixando público o posicionamento do CEDH dentro do que foi feito nesse período.
103 Cynthia (CDH-Joinville) se comprometeu a apresentar o documento antes da posse
104 da nova gestão. Dando prosseguimento é iniciado o **ponto (6) Informes da**
105 **Comissão Eleitoral.** Cynthia (CDH_Joinville) informou que por conta de sua
106 quarentena contribuiu pouco durante a preparação da Comissão para os trabalhos
107 referentes ao Edital. A presidenta pediu para que as demais integrantes se
108 pronunciassem a respeito do tema. A conselheira Fabiana iniciou cumprimentando
109 a todos e mencionando que após a reunião de fevereiro onde foi colocada a questão

110 das nomenclaturas a serem alteradas, sendo feitas as devidas adequações pela
111 conselheira Erli (FINER) e passou a palavra para complementação da Secretária
112 do Conselho. A Secretária informou que o documento já está na Secretaria da Casa
113 Civil - SCC porém não havia sido recebida pelo Setor responsável pela publicação
114 do Edital, estando em um Setor anterior a esse. A secretária explicou que chegou
115 no gabinete da SCC, passado pelo Setor de Conselhos e por fim chegaria ao Setor
116 de Publicação – Geimp. A conselheira Fabiana de Souza (SDS) sugeriu que fosse
117 feito contato com o Setor responsável pela publicação, após esta reunião, para
118 verificar essa situação uma vez que neste mesmo dia seria iniciado o período de
119 inscrições das Organizações da Sociedade Civil – OSCs. A presidente pediu a
120 Secretária que se fizesse a leitura do cronograma para conhecimento dos demais
121 conselheiros. Após leitura do cronograma a presidente questiona sobre a
122 composição da Comissão Eleitoral. Erli (FINER) respondeu que fazem parte:
123 Cynthia, a própria Erli, Fabiana, Ledronete, a Secretária do Conselho, Manuela e o
124 Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH. Erli (FINER) mencionou dois
125 pontos importantes a serem destacados: o primeiro deles seria quanto a
126 participação do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH-SC neste
127 processo, relatando seu protagonismo desde o chamamento das audiências
128 públicas e coordenação de todo o processo que originou a lei de criação do
129 conselho. Complementou ainda a conselheira que a primeira e a segunda vez que
130 houve eleição foi o Movimento que coordenou o processo e como forma de dar
131 continuidade a este modelo de organização o CEDH seguirá as eleições anteriores.
132 Erli (FINER) comentou que o MNDH-SC ajudará a Comissão na avaliação dos
133 documentos e na coordenação da Assembleia em si. O segundo ponto colocado
134 pela conselheira foi quanto a restrição do Edital apenas aos membros da Sociedade
135 Civil e ressaltando que alguns dos atuais representantes não estarão mais aptos a
136 continuarem, porém, suas respectivas instituições poderão se inscreverem. E,
137 finalizou mencionando que os governamentais, que ainda não foram reconduzidos,
138 poderão ser mantidos. Neste momento o conselheiro João Coutinho (ADEPESC)
139 levantou uma dúvida quanto a possibilidade ou não de inscrição da instituição, que
140 em seu entendimento não poderia ser reconduzida conforme a legislação. O
141 conselheiro Fabeni (FECEC) comentou que a instituição poderia participar porém
142 com outros Cadastros de Pessoas Físicas - CPFs. A conselheira Anne (ADEPESC)
143 informou que com a criação dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do
144 estado de Santa Catarina, provavelmente a coordenadora daquele iria officiar o
145 CEDH para estar acompanhando as reuniões do conselho, como ouvinte. Nesse
146 momento a conselheira Erli (FINER) lembrou que esta formalizada não seria
147 necessária uma vez que a participação dessa instituição, e demais, está prevista
148 na legislação do conselho. O conselheiro, sr. Nadir (CUT) sugeriu que fosse
149 colocado no grupo os(as) conselheiros(as) reconduzidos para que cada um
150 pudesse levar para suas respectivas instituições. **Encaminhamento: Após**
151 **publicado o Edital do Processo Eletivo, a secretária do conselho quando for**
152 **divulgar Edital concomitantemente colocará a lista de conselheiro já**
153 **reconduzidos.** Dando continuidade a presidente dá início ao **ponto (6.1)** acerca
154 das **questões prisionais: manifestações dos familiares dos presos,**
155 **regulamentação do pecúlio e vacinação.** Cynthia (CDH-Joinville) introduziu sua
156 fala mencionando as manifestações de familiares dos presos em Florianópolis e
157 Joinville. Sendo as reivindicações: acerca do **isolamento social**, problemas como
158 falta de água, a questão da **vacina** e o problema da **não entrada das sacolas.**
159 Cynthia fez um breve relato sobre as manifestações acima apresentadas que são
160 promovidas por organizações criminosas e aponta essa situação como um
161 problema a medida que o Estado se ausenta do sistema e não lhe dá plenas
162 condições de funcionamento. A presidente disse que em sua opinião, a princípio,
163 não se deve negociar com as organizações criminosas, mas por outro lado,
164 mencionou haver uma situação tácita onde o próprio estado negocia com àqueles.

165 Complementou explicando que diretores/gestores de presídios se veem numa
166 situação em que são obrigados a negociar com as organizações supracitadas para
167 que se tenha um mínimo de condições de convivência, incluiu também “o *Ministério*
168 *Público e os juízes corregedores do estado que são obrigados a adotarem essa*
169 *capacidade de negociação com as facções dentro das Unidades Prisionais*”. A
170 presidente comentou que o conselho não poderia ter atitude passiva diante de uma
171 pauta de reivindicações justa, devendo-se buscar um *meio-termo* para lidar com
172 essa situação e, explicou como as medidas que estão sendo tomadas no município
173 de Joinville. A presidente expôs a reivindicação do **isolamento das pessoas**
174 **presas**, como sendo o único segmento no estado estar totalmente isolado. A partir
175 dessa constatação a presidente questionou “*por que não se buscar alternativas*
176 *para atender os familiares das pessoas presas?*” Outro ponto mencionado pela
177 presidente foi quanto a dificuldade que enfrenará o sistema para receber as
178 vacinas. Cynthia (CDH-Joinville) relatou que o dr. João Marcos Buch abriu pedido
179 de providências solicitando a Secretaria de Estado da Administração Prisional e
180 Socioeducativa -SAP que respondesse acerca da vacinação das pessoas presas.
181 A presidente questionou aos presentes [virtualmente] se aquele grupo está incluído
182 no plano de imunização do estado. A conselheira Anne relatou que foi alterado, na
183 semana anterior, a inclusão das pessoas presas junto com outros grupos
184 vulneráveis, na retificação do plano. E, por fim, a presidente mencionou a questão
185 da não entrada das sacolas que contém itens que o estado não fornece. Cynthia
186 (CDH – Joinville) expôs que nos locais onde há trabalho o pecúlio consegue cobrir
187 essa necessidade porque a Unidade adquire os itens faltantes de acordo com a
188 saldo de cada pessoa presa e, complementou relatando que o conselho da
189 comunidade, de alguns municípios, acaba adquirindo, com verbas das penas
190 pecuniárias tais itens. A presidente expôs a troca da empresa que administrava as
191 Unidades prisionais como agravante da situação anteriormente apresentada uma
192 vez que a atual empresa não entregará os mesmos insumos que a empresa anterior
193 fornecia devido a redução do contrato. E, por fim a presidente questionou acerca
194 do pecúlio se está regulamentado ou não e como a SAP está pensando sobre esse
195 assunto e abriu para o debate. A conselheira Anne (ADEPESC) mencionou ter
196 participado de uma reunião com o Instituto Anjos da Liberdade, alguns participantes
197 da manifestação que vem acontecendo na frente da Penitenciária da Agrônômica
198 e assessores jurídicos, Tânia (Marcha das Mulheres) Leonardo da Central Sindical
199 Popular – CSP Conlutas e Erli Camargo (FINER) representando o CEDH e o Fórum
200 das Mulheres do Mercosul, onde foram tratadas reivindicações com demandas que
201 envolvem ausência do plano para retomada das visitas presenciais, as visitas
202 virtuais de acordo com a Portaria nº1069, uma vez por mês, são colocadas como
203 insuficientes e a qualidade da chamada é classificada como ruim. A conselheira
204 lembrou ser este um relato unilateral, ainda não tendo feito contato com a SAP.
205 Além dos itens acima mencionados a conselheira complementou com a qualidade
206 da comida ruim, ausência de ventiladores, televisão, aumento do número de
207 incidentes de falta grave onde os juízes não estão fazendo mais as audiências para
208 homologar essas faltas graves, a vistoria por parte do conselho da comunidade não
209 está sendo feita. E, por fim solicitaram a possibilidade de antecipar o regime
210 semiaberto, as mulheres presas do município de Lages transferidas para
211 Ituporanga sem dar nenhum tipo de informação aos familiares e, relatos de que o
212 número de contaminados pela COVID-19 seriam em número maior do que os
213 divulgados nos Boletins. Anne (ADEPESC) informou que muitos encaminhamentos
214 já estão sendo feitos pela própria Defensoria. Neste momento a palavra é passada
215 para a conselheira Juliana Coelho de Campos (SAP) que introduziu sua fala
216 relatando o trabalho incansável da SAP deste março e das inúmeras reuniões com
217 o Centro de operações de emergência em saúde – COES (grupo criado para
218 coordenar as ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 da SES), para
219 tentar fazer com que o COVID-19 não entrasse no sistema. A conselheira

220 mencionou o fato de que as mudanças dos gestores municipais trouxeram com
221 estes um novo discurso de combate ao coronavírus gerando como consequências
222 elevação do número de mortes. Juliana (SAP) negou a ausência de visitas desde o
223 início da pandemia e explicou que de acordo com o plano de contingências o mapa
224 apresentando as cores amarela e verde as visitas estavam liberadas o que de fato
225 aconteceu no estado, em algumas unidades. A conselheira fez um comparativo da
226 taxa de letalidade dentro do sistema e no estado, mencionando estar em
227 funcionamento os demais segmentos em função da economia. Juliana (SAP)
228 relatou que no sistema prisional as regras sanitárias são seguidas a risca no sentido
229 de que vidas sejam preservadas. Continuou seu relato dizendo que a SAP
230 conversou novamente com a COES e a resposta foi que a situação está gravíssima
231 no estado inteiro e não há vagas nos leitos das Unidades de Terapia Intensiva –
232 UTIs. A conselheira explicou que em caso de surto dentro do sistema não existe
233 estrutura física para isolá-los. Complementou ainda dizendo que existe um
234 protocolo para retomada das visitas presenciais no site da SAP. Finalizando este
235 ponto, Juliana (SAP) comentou que as manifestações já existiam mas ganharam
236 força, por conta das intimidações das organizações [criminosas]. Em relação aos
237 casos *subnotificados*, Juliana (SAP) informou que foi contratada equipe de saúde
238 para todas as unidades prisionais e explicou que a pessoa que chegar no sistema
239 passará pela equipe supracitada, será avaliada, sendo feitos todos os exames
240 dentro do protocolo de saúde para posterior convívio. A conselheira fez referência
241 a Nota Técnica nº19, presente no site da SAP e da SES e; ao Ipen (Sistema de
242 Informação Penitenciária), documento que o sistema judiciário tem acesso, por
243 meio do qual são apresentados o número de consultas de enfermagem e
244 atendimentos iniciais, desta forma não havendo subnotificações. Acrescentou que
245 existe uma central da SAP que funciona 24 horas para rastrear todos os casos tanto
246 de servidores quanto de presos e adolescentes para que desta forma as
247 informações sejam divulgadas em tempo real. Em relação ao pecúlio, a conselheira
248 relatou que a SAP está tentando regulamentar e complementou que o estado está
249 se organizando para que os Kits estejam de pronta entrega. Juliana (SAP) informou
250 que o desodorante entrou no kit e inclusive já estavam sendo entregues para todas
251 as unidades e, mencionou o enxoval (calcinha, sutiã e cueca) itens que o estado
252 irá fornecer, relatando que a licitação já estava pronta. Por fim, a conselheira
253 comentou que os demais itens previstos pela Instrução Normativa estão sendo
254 regulamentados pelo pecúlio. Acerca da vacinação Juliana (SAP) informou que no
255 Plano Nacional já estava previsto as pessoas presas porém o estado quando fez o
256 seu plano fez um recorte do grupo prioritário nacional deste modo não apareceram
257 ao presos, os adolescentes em conflito com a lei e os agentes socioeducativos,
258 aparecendo apenas sistema prisional. A conselheira comentou que essa situação
259 já está sendo trabalhada para que os grupos acima mencionados sejam incluídos.
260 Finalizou seu relato informando ter havido manifestação oficial que prevê a
261 vacinação para esse grupo na 4ª fase juntamente com os servidores. Cynthia (CDH-
262 Joinville) disse que o isolamento no sistema prisional foi medida fundamental porém
263 é o momento da SAP procurar alternativas porque a situação da pandemia parece
264 que irá se estender por mais algum tempo. Juliana (SAP) interveio relatando que
265 foi discutido em reunião a compra de acrílicos para serem colocados na sala de
266 visitas como medida de controle porém o COES pediu para que neste momento
267 essa medida não fosse tomada. A conselheira comentou que foi feito levantamento
268 das unidades que já possuíam o acrílico e as que precisariam comprar mas seria
269 muito arriscado neste momento de pico da pandemia. Cynthia (CDH – Joinville)
270 concordou o momento não ser o mais propício mas seria importante serem
271 pensadas adequações e que fossem colocadas em prática. A presidente
272 questionou a Juliana (SAP) maiores detalhes sobre o pecúlio e como ficaria a
273 questão dos presos que não tivessem famílias. Juliana (SAP) propôs uma tentativa
274 de verificação das pessoas que estariam dentro da situação de não possuir

275 emprego e família e quais seriam suas necessidades extras e relatou que o estado
276 supriria suas necessidades básicas como: Kit higiene, kit limpeza e enxoval logo
277 para àquele grupo ficaria mais difícil acesso aos outros itens que não são garantidos
278 pelo estado. A conselheira informou que foi criado grupo de trabalho para conseguir
279 colocar o pecúlio em todas as unidades e mencionou as dificuldades apresentadas
280 para sua efetivação. A presidente sugeriu a Juliana (SAP) que fosse discutido no
281 grupo (GT) para que as roupas íntimas também sejam acessíveis a população
282 LGBT conforme sua necessidade. Juliana (SAP) informou que recentemente foi
283 feita pesquisa nas unidades e garantiu que já estão sendo distribuídas conforme
284 sua vontade. A presidenta fez um informe acerca de convite feito pelo Mecanismo
285 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, onde uma equipe, inclusive a própria
286 Cynthia, fizeram inspeção no presídio feminino de Itajaí e na penitenciária
287 masculina de Florianópolis. A presidenta relatou que em Florianópolis não há
288 nenhum tipo de tratamento diferenciado para a população LGBT, mencionado
289 haver respeito por parte dos agentes prisionais, com algumas exceções, e; a falta
290 de acesso as roupas íntimas. Cynthia (CDH – Joinville) comentou que a Política
291 Pública para essa população no sistema prisional não acontece de forma dirigida.
292 Outros dois pontos discutidos foram quanto a baixa qualidade da comida na
293 penitenciária de Florianópolis e a falta de reposição hormonal no presídio feminino
294 de Itajaí. Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto 6.2 acerca do Informe sobre**
295 **modificações no PNDH-3**. Cynthia (CDH- Joinville) passou a palavra para que a
296 conselheira Erli (FINER) fizesse o informe. Erli (FINER) relatou que teve
297 conhecimento da Resolução da ministra Damares dando ciência de que estaria
298 sendo analisado e revisado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3
299 aprovado em julho de 2009 e em vigência no país. A partir disso, foi verificado o
300 conteúdo e percebida a ausência da Sociedade Civil. A conselheira mencionou
301 estar havendo movimentações por parte da Sociedade Civil no país todo no sentido
302 de garantir a sua participação nesta proposta de análise e revisão do Programa e,
303 também para que sejam respeitados todos os itens de direitos humanos, incluídos
304 no PNDH-3. Cynthia (CDH-Joinville) disse que *“esse seria mais um passo para*
305 *acabar de vez por todas com a participação da Sociedade Civil, com a democracia*
306 *participativa, instituída no governo Lula”*. A presidente relatou que a caminhada no
307 Brasil foi longa para construção desses posicionamentos da sociedade civil em
308 torno de Políticas Públicas, com boa abertura no governo Lula, passando pelo
309 governo Dilma com certo *“tom de desprezo”* e atualmente o fim da democracia
310 participativa. A presidenta mencionou ter esperança de que os membros do
311 governo federal como: o presidente Bolsonaro, a ministra Damares e o ministro da
312 saúde Pazuello respondam futuramente pelas ações criminosas que tomam contra
313 o povo brasileiro. Cynthia (CDH- Joinville) informou que no dia em que a ministra
314 Damares mencionou essa revisão do PNDH-3, houve uma forte resistência e a
315 própria presidenta compartilhou Nota do CNDH no grupo do CEDH, que em seguida
316 foi assinada por este conselho. A presidenta abriu para debate. A conselheira
317 Rosemari (SED) lembrou de proposta anterior de alteração do PNDH-3, em
318 governos anteriores, onde a própria conselheira participou de reunião e, mencionou
319 a presença de consultora contratada para apoio neste trabalho, foram dadas
320 sugestões mas de acordo com a mesma não foi dado prosseguimento ao trabalho.
321 Na sequência, o conselheiro Nadir (CUT) comentou acerca da importância das
322 Conferências como meio de aproximação entre a sociedade civil e o governo. E,
323 por fim fez um breve relato sobre a postura do atual governo em relação a Direitos
324 Humanos. A conselheira Erli (FINER) fez um breve relato sobre a importância do
325 significado de Direitos Humanos na sociedade e da conscientização do papel do
326 conselheiro e as pressões por estes sofridas. A presidenta informou que foi
327 convidada a participar de reunião com o Secretário de Estado de Desenvolvimento
328 Social no dia 02 de março pois o mesmo estaria tendo conversa com os presidentes
329 de conselhos. Neste momento foi iniciado o **ponto (7) aprovação da Ata da 43ª**

330 **Reunião Plenária Ordinária** do CEDH. A ata é aprovada por unanimidade. A
331 presidenta fez o fechamento da reunião agradeceu a presença de todos e deu por
332 encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente
333 ata, e juntamente a Cynthia, presidenta do CEDH/SC assinamos.